ISSN: 2358-8829

A ESCOLA QUE SILENCIA OS EDUCANDOS : A PRECARIZAÇÃO DA EJA E A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA .

Izabela Vitoria Gomes de Farias Silva[1]
Maria Sandra Montenegro Silva[2]

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa um espaço central no debate educacional brasileiro por representar não apenas uma modalidade de ensino, mas uma política de reparação histórica destinada a sujeitos que tiveram seus direitos educacionais negados ao longo da vida. Embora assegurada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados às condições estruturais, pedagógicas e sociais que comprometem os princípios de inclusão, autonomia e protagonismo estudantil. Nesse contexto, este trabalho analisa como a precarização da EJA contribui para o silenciamento dos educandos e para a reprodução de formas sutis de violência simbólica no cotidiano escolar.

O conceito de violência simbólica, desenvolvido por Bourdieu (1998), constitui uma importante referência para compreender esse fenômeno, uma vez que evidencia como as desigualdades podem ser naturalizadas por meio de práticas e relações sociais que deslegitimam determinados sujeitos e seus conhecimentos. Na perspectiva de Freire (1970), a educação não é neutra, podendo assumir tanto um caráter de domesticação quanto de libertação. Assim, quando a escola desconsidera as experiências e os conhecimentos construídos pelos estudantes ao longo de suas trajetórias, restringe suas possibilidades de participação e expressão, contribuindo para o silenciamento de suas vozes.

[1] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) E-mail: izabela.vitorio@gmail.com
[2] Orientadora. Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) E-mail: Sandra.montegro@ufpe.br

Essa discussão também encontra respaldo em Arroyo (2017), ao reconhecer que os sujeitos da EJA carregam trajetórias marcadas por diferentes processos de exclusão, como o trabalho precoce, a pobreza, o racismo e a violência urbana. Quando essas experiências são desconsideradas pelas instituições escolares, intensificam-se os sentimentos de não pertencimento e desvalorização. Saviani (2008), por sua vez, contribui para essa reflexão ao discutir como as condições materiais e organizacionais das escolas públicas interferem na efetivação de práticas educativas comprometidas com a transformação social.

A pesquisa parte das observações realizadas na Escola Municipal Aldo Ferreira Castelo Branco, localizada em Camaragibe–PE, nas quais foram identificados aspectos relacionados à insuficiência de materiais didáticos adequados, às dificuldades estruturais, à ausência de formação docente específica e à utilização de metodologias pouco contextualizadas. Essas inquietações evidenciam a necessidade de investigar como as condições de funcionamento da modalidade podem interferir nas relações pedagógicas e no reconhecimento dos estudantes como sujeitos de conhecimento e de direitos.

Diante desse cenário, a investigação tem como objetivo geral compreender como a precarização estrutural, pedagógica e simbólica da Educação de Jovens e Adultos contribui para o silenciamento dos estudantes e para a reprodução da violência simbólica no espaço escolar. Busca-se, especificamente, analisar as condições materiais e pedagógicas da modalidade, identificar práticas que podem invisibilizar os saberes dos educandos e refletir sobre as relações escolares que limitam sua participação e seu protagonismo. Para tanto, a pesquisa desenvolve-se por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em referências teóricas e na investigação da realidade escolar, articulando as contribuições de Bourdieu, Freire, Arroyo e Saviani à análise do contexto observado.

As discussões desenvolvidas apontam para a compreensão de que a precarização da EJA não se restringe à insuficiência de recursos materiais, mas também se manifesta nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar. Essas dimensões, quando articuladas, podem contribuir para a desvalorização das experiências dos educandos e para a reprodução de mecanismos de exclusão que nem sempre são

reconhecidos como formas de violência. Conclui-se que reconhecer os estudantes da EJA como sujeitos históricos, sociais e produtores de conhecimento é fundamental para superar práticas silenciadoras e fortalecer uma educação pautada no diálogo, na inclusão e na emancipação humana.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza interpretativa e descritiva, desenvolvido por meio de um estudo de caso na Escola Municipal Aldo Ferreira Castelo Branco, localizada em Camaragibe–PE. A investigação buscou compreender como a precarização estrutural, pedagógica e simbólica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se manifesta no cotidiano escolar e interfere nas experiências dos estudantes. Para a produção dos dados, foram utilizadas a observação direta e entrevistas com os educandos, possibilitando a aproximação com suas vivências, percepções e significados atribuídos às condições de escolarização.

A análise dos dados fundamentou-se na perspectiva qualitativa, considerando as experiências e os sentidos expressos pelos participantes. Conforme Bogdan e Biklen (1994), esse processo envolve a organização, a sistematização e a construção de categorias de análise a partir dos dados produzidos no campo. Nesse sentido, as narrativas dos estudantes e os registros das observações foram interpretados em diálogo com o referencial teórico, articulando as discussões sobre violência simbólica (Bourdieu, 1979), silenciamento, precarização e dialogicidade (Freire, 1996).

O processo analítico buscou identificar regularidades, particularidades e tensões presentes nas experiências dos educandos, considerando as contribuições de Bardin (2016) acerca da identificação de estruturas de significado nos dados qualitativos. A triangulação entre observações, entrevistas e referencial teórico permitiu interpretar as relações entre precarização estrutural, descontextualização curricular e violência simbólica naturalizada. Conforme Lüdke e André (1986) e Minayo (2010), a análise considerou os sujeitos em seus contextos históricos, sociais e pedagógicos, valorizando a complexidade das experiências vivenciadas.

Dessa forma, o percurso metodológico possibilitou compreender que as condições materiais e pedagógicas da EJA ultrapassam a dimensão administrativa, assumindo significados que podem afetar o reconhecimento, a participação e o sentimento de pertencimento dos estudantes no espaço escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), destinando-se aos sujeitos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade considerada regular. Conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a modalidade deve ultrapassar a perspectiva compensatória, reconhecendo as trajetórias, identidades e experiências dos educandos. Entretanto, sua trajetória histórica é marcada por desigualdades e descontinuidades nas políticas educacionais. Nesse percurso, as experiências de educação popular, especialmente o Movimento de Educação de Base e as propostas de alfabetização de Paulo Freire, representaram importantes iniciativas de formação crítica e emancipadora. Freire (1967) compreendia a alfabetização como um processo de conscientização, fundamentado na leitura do mundo e na participação dos sujeitos. Contudo, a ruptura política provocada pelo golpe civil-militar de 1964 enfraqueceu essas experiências, favorecendo propostas tecnicistas e funcionalistas, conforme discutem Haddad e Di Pierro (2000).

3.1 Violência simbólica e reprodução das desigualdades na escola

A compreensão da violência simbólica, desenvolvida por Bourdieu (1979) e Bourdieu e Passeron (1970), permite analisar como a instituição escolar pode reproduzir desigualdades sociais por meio da legitimação de determinados conhecimentos, linguagens e comportamentos em detrimento de outros. Na EJA, esse processo se manifesta quando os saberes construídos pelos estudantes em suas experiências de trabalho, família e comunidade são desconsiderados diante dos conhecimentos formalmente reconhecidos pela escola. Práticas aparentemente neutras, como avaliações rígidas, metodologias pouco contextualizadas e relações pedagógicas autoritárias, podem reforçar sentimentos de inadequação, insegurança e desvalorização. Dessa

forma, a violência simbólica contribui para que desigualdades históricas sejam naturalizadas, atribuindo aos próprios educandos a responsabilidade por dificuldades produzidas também pelas condições sociais e institucionais.

3.2 Silenciamento e precarização na EJA

O silenciamento dos estudantes não representa simplesmente a ausência de fala, mas a negação de legitimidade às suas experiências, conhecimentos e formas de expressão. Arroyo (2005) destaca que os sujeitos da EJA carregam trajetórias marcadas por exclusões, interrupções escolares e experiências de desvalorização que repercutem em sua relação com a escola. Nesse cenário, a desconsideração dos saberes populares fortalece relações assimétricas e compromete o sentimento de pertencimento. A esse processo soma-se a precarização estrutural e pedagógica da modalidade. Ciavatta (2001) contribui para compreender como as condições materiais e institucionais interferem na efetivação do direito à educação. A insuficiência de materiais didáticos, a inadequação dos espaços escolares e a ausência de formação docente específica podem comprometer a qualidade do ensino e reforçar a percepção de que a EJA ocupa uma posição secundária nas políticas educacionais. Minayo (1994), ao discutir o silêncio como fenômeno social, contribui para compreender que determinados sujeitos não deixam de falar por ausência de conhecimentos, mas porque suas vozes não encontram condições efetivas de reconhecimento e escuta.

3.3 Pedagogia crítica e emancipação

Em contraposição às práticas que reproduzem desigualdades e silenciamentos, a pedagogia crítica apresenta possibilidades de construção de uma educação dialógica e emancipadora. Freire (1970; 1996) defende que o processo educativo deve fundamentar-se no diálogo, na escuta e na valorização dos conhecimentos e das experiências dos educandos. Nessa perspectiva, ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas reconhecer os estudantes como sujeitos históricos capazes de interpretar e transformar a realidade. Saviani (1984) acrescenta que a escola deve garantir o acesso ao conhecimento sistematizado, articulando-o às condições concretas de existência dos sujeitos. Arroyo (2011), por sua vez, compreende a EJA como espaço de afirmação de identidades e reconstrução de trajetórias historicamente marcadas pela negação de

direitos. Assim, a valorização das experiências dos educandos constitui elemento fundamental para fortalecer sua participação e autonomia.

3.4 Silêncio, currículo oculto e dialogicidade freireana

A discussão sobre o silenciamento também pode ser compreendida a partir do conceito de currículo oculto, que envolve valores, normas e comportamentos transmitidos implicitamente no cotidiano escolar. Silva (2023) evidencia que essas práticas podem reforçar a obediência, o conformismo e a aceitação das desigualdades. Sacristán (1998) compreende o currículo como construção política, cultural e histórica, atravessada por relações de poder que determinam quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem invisibilizados. Orlandi (1992) contribui para essa reflexão ao compreender o silêncio como forma de interdição, na qual a impossibilidade de expressão reconhecida também constitui uma manifestação das relações de poder. Em contraposição, a dialogicidade freireana propõe relações pedagógicas fundamentadas na escuta e no reconhecimento dos sujeitos. Dessa maneira, a construção de uma EJA emancipadora exige práticas que valorizem as identidades, as experiências e os saberes dos educandos, transformando o espaço escolar em um ambiente de participação, pertencimento e afirmação de direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu identificar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) permanece atravessada por desigualdades estruturais e simbólicas que comprometem as experiências escolares e o protagonismo dos educandos. A partir das observações e entrevistas, foram identificadas cinco categorias analíticas.

1. Precarização da estrutura escolar e desigualdade simbólica

Os relatos dos estudantes evidenciaram problemas relacionados à ventilação, iluminação, mobiliário e escassez de recursos pedagógicos. Essas condições interferem na concentração, no conforto e na permanência dos educandos. Para além das limitações materiais, tais aspectos expressam formas de desvalorização institucional da EJA, dialogando com o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989).

2. Fragilidade curricular e tempo pedagógico

Os dados revelaram a ausência de um currículo próprio e estruturado para a modalidade. Enquanto a professora relata realizar adaptações para atender às necessidades dos estudantes trabalhadores, a gestão reconhece a inexistência de uma organização curricular específica. Essa contradição evidencia a transferência de responsabilidades institucionais para o trabalho individual docente, comprometendo a construção de práticas pedagógicas contextualizadas. A discussão dialoga com Sacristán (1998), Arroyo (2011) e Freire (1996).

3. Formação e valorização docente

A ausência de formação específica para atuar na EJA foi identificada como outra fragilidade. A professora entrevistada afirmou que seus conhecimentos foram construídos principalmente pela experiência prática e pela troca com colegas. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas de formação continuada, valorização profissional e disponibilização de recursos pedagógicos, conforme as discussões de Arroyo (2011) e Saviani (2008).

4. Silenciamento, protagonismo e violência simbólica

As narrativas dos estudantes revelaram sentimentos de vergonha, medo de errar e insegurança para expressar dúvidas em sala de aula. Alguns participantes relataram receio de serem considerados incapazes por não dominarem determinados conhecimentos. Esses sentimentos demonstram que o silenciamento não representa ausência de saberes, mas está relacionado a experiências históricas de exclusão e desvalorização. Essa realidade pode ser compreendida a partir de Bourdieu (1989), Orlandi (1992) e Freire (1996), especialmente no que se refere à negação da legitimidade da voz dos educandos.

5. Estigmatização da EJA e sentimento de fracasso

Os depoimentos também evidenciaram a presença de estigmas sociais associados à modalidade. Expressões como “não conseguiu antes” e “parou no tempo” revelam como a sociedade atribui aos próprios estudantes a responsabilidade pelas trajetórias escolares interrompidas. Essa internalização de julgamentos reforça sentimentos de vergonha e

inadequação, evidenciando a atuação da violência simbólica na construção das identidades dos sujeitos.

De modo geral, os resultados demonstram que a precarização da EJA ultrapassa a dimensão material, alcançando o currículo, a formação docente, as relações pedagógicas e a subjetividade dos estudantes. Entretanto, as reivindicações por melhores condições, acolhimento, escuta e atividades contextualizadas também revelam sujeitos que resistem e reivindicam o reconhecimento de seus direitos. Assim, a superação do silenciamento exige compreender os educandos como sujeitos históricos, portadores de experiências e produtores de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a Educação de Jovens e Adultos permanece marcada por desigualdades estruturais e simbólicas que comprometem o direito à educação, a permanência e o protagonismo dos educandos. Os resultados demonstraram que a precarização da infraestrutura, a ausência de um currículo específico, as fragilidades na formação docente e os estigmas sociais constituem mecanismos que contribuem para a reprodução da exclusão e do silenciamento.

À luz de Bourdieu, compreende-se que a violência simbólica se manifesta tanto nas condições institucionais quanto nas relações sociais, fazendo com que os estudantes, muitas vezes, internalizem sentimentos de incapacidade e desvalorização. Em diálogo com Paulo Freire, reafirma-se a necessidade de construir práticas educativas fundamentadas na escuta, na dialogicidade e no reconhecimento dos educandos como sujeitos históricos e produtores de saberes.

Conclui-se que fortalecer a EJA exige investimentos em condições materiais dignas, políticas curriculares específicas, formação continuada dos professores e práticas pedagógicas contextualizadas com as experiências dos estudantes. A escola precisa

ultrapassar a perspectiva de simples oferta de escolarização e constituir-se como espaço de pertencimento, reconhecimento e emancipação.

Como contribuição, o estudo reforça a importância de ampliar as discussões sobre a precarização da EJA e seus efeitos simbólicos na trajetória dos educandos. Também aponta para a necessidade de novas pesquisas que investiguem as políticas de formação docente, a organização curricular e as práticas institucionais de silenciamento, contribuindo para a construção de uma educação de jovens e adultos mais democrática, humanizadora e socialmente referenciada.

Palavras-chave:EJA; precarização; silenciamento; desigualdade; aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel. Educandos e Educadores: suas histórias e seus destinos. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. Currículo, Território em Disputa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008.

(Publicação original de 1970).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CIAVATTA, Maria. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas de formação. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria. O Mundo do Trabalho e a Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Cecília. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ISSN: 2358-8829

ORLANDI, Eni P. As Formas do Silêncio. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PARECER CNE/CEB no 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.